

# Economistas contestam governo

15 MAI 1985

Economia - Brasil

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

PAULO  
C  
E  
D  
ESTADO  
E

"Os objetivos essenciais da política econômica do novo governo devem ser a retomada do crescimento, a expansão do nível de emprego e a redistribuição da renda. E para que estas metas sejam atingidas, o governo precisará utilizar, prioritariamente, como instrumentos, a renegociação soberana da dívida externa e uma imediata reforma financeira, e não o combate ao déficit público e à inflação." As propostas fazem parte do documento "Os Economistas Brasileiros E a Nova República" entregue, ontem, ao presidente José Sarney e ao presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, no final do II Encontro dos Conselhos Regionais de Economia.

O documento sugere também que o Congresso Nacional deve assumir de imediato a discussão de uma reforma financeira, da renegociação da dívida externa e da política de controle inflacionário, "assuntos que

ainda se retêm no âmbito restrito da tecnocracia". Os 23 presidentes dos Conselhos Regionais de economia ressaltam, ainda, que o Congresso, para assumir esse novo papel, precisará livrar-se do "entulho autoritário que o marginaliza das decisões de política econômica".

As posições levantadas pelos economistas, depois de dois dias de encontro, tomaram como base o pronunciamento do ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, no Congresso Nacional. O presidente do Conselho Federal de Economia, Silvando da Silva Cardoso, explicou que a exposição de Dornelles foi, na verdade, o início da definição da política econômica do atual governo. "Por isso, não podíamos deixar de analisar e tomar uma posição crítica em relação a fato tão importante", afirmou.

E foi num tom crítico que Silvando ressaltou outro trecho do documento divulgado ontem, onde os presidentes dos Conselhos Regionais demonstram "sua perplexidade" em

relação ao diagnóstico oficial do ministro da Fazenda, que continua apontando o déficit público e o das empresas estatais como os grandes causadores da crise econômica brasileira.

O presidente do Conselho Federal de Economia afirmou que o déficit público não pode ser responsabilizado pelas altas taxas de inflação. Silvando, apontando o documento dos economistas, observa que tanto o déficit como a inflação, na verdade, seriam resultantes do processo excessivo de endividamento externo, associado com uma política monetária distorcida que induz a altas especulações financeiras. "Por isso, não concordamos com o corte nos gastos públicos e a elevação da carga tributária como medidas prioritárias apontadas por Dornelles", ressaltou Silvando.

No documento, os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia afirmam que estas duas medidas implicariam o agravamento do processo recessivo, gerando, assim, riscos de novas pressões inflacionárias.